

Brasil deve R\$ 511 bilhões

Aumento da dívida é resultado da desvalorização do real. Mas contas melhoram e superávit atinge R\$ 25,2 bi

Da Redação
Caom Agência Folha

A dívida pública brasileira com credores internos e estrangeiros atingiu R\$ 511,1 bilhões em agosto. O valor, que inclui débitos da União, estados, municípios, equivale a 50,5% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, metade de tudo o que o Brasil produz em um ano, e é superior aos R\$ 495,3 bilhões devidos em julho. O aumento da dívida foi provocado pela desvalorização do real que chegou a 7,08% naquele mês, informou ontem o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes. A alta do dólar no mercado de câmbio também foi responsável pelo crescimento dos gastos com juros. A despesa com juros nominais saltou de R\$ 9,72 bilhões em julho para R\$ 14,8 bilhões em agosto.

Uma dívida deste tamanho e que cresce sem parar representa um risco para países de economia frágil, como é o caso do Brasil, advertem os especialistas. "Quanto maior a relação da dívida com o que o país produz, maior é a preocupação dos credores em perder o dinheiro que emprestaram", avalia o professor de Economia da PUC do Rio de Janeiro, Luiz Roberto Cunha. Mas, por enquanto, os investidores que têm papéis da dívida brasileira não estão preocupados com um eventual calote, explica Raul Velloso, especialista em contas públicas.

Isso porque, segundo ele, o governo tem demonstrado capacidade para gerar sobras de caixa, os chamados superávits primários, suficientes para honrar o débito. A meta para este ano é atingir um superávit de R\$ 30 bilhões. De janeiro a agosto, o superávit primário (receitas menos despesas, exceto gastos com juros) de todo o setor público (governos federal, estaduais, municipais e empresas estatais) chegou a R\$ 25,2 bilhões. O valor é R\$ 4,6 bilhões superior ao combinado com Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para o ano que vem, lembra Velloso, a meta de superávit primário é de R\$ 35 bilhões e para

2001, de R\$ 40 bilhões. "Se o governo conseguir essas sobras de caixa, estará mostrando aos credores que tem condições de pagar quase um quinto da dívida de R\$ 511,1 bilhões em três anos", diz o economista. Segundo ele, antes de emprestar o dinheiro, os investidores observam a capacidade do país para quitar a conta. Esta avaliação inclui, além do patrimônio do país, como é o caso das estatais, as condições que o governo tem de gerar superávits, seja por meio de corte de gastos ou de aumento de impostos.

DIFERENÇAS

Na Itália e na Bélgica, por exemplo, a dívida pública corresponde a 100% do PIB do país, ou tudo o que os dois países produzem em um ano. Mas, para os investidores, é muito seguro emprestar dinheiro ao governo belga ou italiano, porque, ao contrário do que ocorre no Brasil, o débito dos dois países é refinanciado com juros menores e em prazos mais longos. Essas duas condições facilitam a quitação da conta.

Segundo Raul Velloso, a dívida de R\$ 511,1 bilhões do Brasil pode provocar sérios estragos no país, se o governo não conseguir continuar demonstrando para os investidores que tem condições de obter superávits. Neste caso, é possível que se repita a fuga de capitais verificada no final do ano passado, que obrigou o governo a desvalorizar o real. Uma nova crise cambial pode provocar a disparada do dólar, a inflação sobe os juros aumentam, as empresas param de produzir e demitem pessoal. "A inflação alta destrói tudo", conclui Velloso.

O Banco Central (BC) não faz previsões sobre o valor da dívida pública para setembro e outubro. Mas a estimativa do governo é que o débito não cresça tanto em setembro, quando a desvalorização do real foi de apenas 0,33%. Com o valor obtido em agosto, o Brasil descupriu a meta fixada para o endividamento público no acordo com o FMI, que era de R\$ 504,6 bilhões.

Mesmo com o descumprimento da meta, o chefe do De-

Carlos Moura 12.2.99



Lopes: "Em princípio podemos rever tudo, mas nada ainda está decidido com relação à dívida pública"

EM ALTA					
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA (*)					
Mês	Dívida pública		Dívida projetada no acordo com o FMI		
Março	470,5		506,7		
Abril	467,9		507,2		
Mai	483,1		510,6		
Junho	485,8		514,3		
Julho	495,3		499,1		
Agosto	511,1		499,3		
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA					
	União	Estados	Municípios	Estatais	Total
Interna	231,783	131,910	19,962	14,429	398,083
Externa	85,877	8,928	0,881	17,346	113,032
Total	317,659	140,838	20,843	31,775	511,116

* Dívida líquida, ou seja, com desconto dos créditos a receber (por exemplo, da dívida externa federal é abatido o valor das reservas em dólar do Banco Central)

Fonte: Banco Central

partamento Econômico do BC, Altamir Lopes, não deu qualquer garantia de que os núme-

ros referentes à dívida seriam revistos na nova versão do acordo brasileiro, que se encontra

em negociação. "Em princípio podemos rever tudo, mas nada ainda está decidido com relação à dívida", desconversou Lopes. Ele argumentou que o fato da dívida líquida ter ultrapassado, em termos absolutos, a trajetória traçada com o FMI, não significa descontrole. "A dívida não tem caráter explosivo e está sob controle", garantiu.

De acordo com Lopes, a trajetória da dívida interna líquida é de crescimento contínuo até o ano que vem. "Nós nunca dissemos que a dívida ia parar de crescer agora", ressaltou. Ele reafirmou que, em algum momento do ano que vem, o débito parará de crescer em relação ao PIB para dar início ao processo de queda, devendo se estabilizar em 46,5% do PIB no final de 2001.